

**2º CONCURSO
1965**

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Quesito nº 1

- Dizer a respeito de provimento o seguinte:
- que distingue o provimento da nomeação?
- enquadramento e readaptação são formas de provimento?
- quais as indicações que obrigatoriamente devem conter os atos de provimento?
- em que casos, na GB, se pode fazer a nomeação interinamente em substituição?

Quesito nº 2

Dizer a respeito de concurso o seguinte:

- homologado o resultado de um concurso na GB, e na falta de disposição legal expressa, é obrigatória a exoneração simultânea dos interinos não aprovados?
- ainda na mesma hipótese, terá de ser exonerado o interino que, embora aprovado, não se classificou dentro do número de vagas a preencher?
- a administração estadual, fazendo realizar um curso e homologando o seu resultado, tem obrigação de nomear os aprovados e classificados dentro do número de vagas?
- iniciadas as provas de um concurso, poderá a administração modificar as condições do mesmo, inclusive deixando de prosseguir-lo?

Quesito nº 3

Dizer a respeito de substituição o seguinte:

- quando o servidor substituído se aposenta ou morre, há necessidade de ato expresso de exoneração daquele que o vinha substituindo, ou o afastamento é automático?
- se a lei determinar a efetivação de quem exerça cargo em caráter interino, suas disposições, no plano federal, se aplicarão aos substitutos?

Quesito nº 4

Dizer a respeito de readaptação, na GB, o seguinte:

- qual a hipótese legal em que se faz o enquadramento por meio de readaptação?
- quais os requisitos legais exigidos para a readaptação?
- desde quando se pode atribuir efeitos à readaptação?
- pode ser conferida readaptação se o desvio de função só ocorreu depois da vigência da Lei nº 14/60?

Quesito nº 5

Dizer sobre acumulação de cargos o seguinte:

- o exercício cumulativo de cargos, quando aparentemente atendidos os pressupostos legais, é um direito do servidor?
- pode a Administração, a qualquer tempo, cancelar, por motivos de conveniência e oportunidade, o despacho que autorizou a acumulação de cargos?
- o servidor que acumula cargos:
 - c.1 - deve ter duas situações jurídicas distintas, como se se tratasse de duas pessoas?
 - c.2 - é possível admitir-se que alguns dos efeitos jurídicos de um cargo (aposentadoria, tempo de serviço e adicional) possam, de qualquer modo, se comunicar ao outro cargo?
- ao servidor que acumula cargos será possível pagar-se dois salários-família?
- servidor que estiver em disponibilidade remunerada com base no artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pode ser reaproveitado, embora não reúna os requisitos estabelecidos no art. 185 da Constituição Federal?

Quesito nº 6

Dizer sobre processo administrativo o seguinte:

- quantas e quais as fases do processo administrativo?
- o Governador, se não concordar com as conclusões da Comissão de Processo Administrativo, pode aplicar pena maior do que a proposta?
- quando, paralelamente ao processo administrativo, deve ser, também, instaurado processo penal contra o servidor?
- o servidor aposentado pode fazer parte de Comissão de Processo Administrativo?
- as funções de Presidente e Membros das Comissões de Processo

Administrativo são de caráter técnico-científicas, só devendo ser conferidas a bacharel em Direito?

Quesito nº 7

Em face da legislação, pode o servidor estadual obter afastamento de seu cargo para exercer o mandato eletivo de Vereador de Câmara Municipal em outra unidade de Federação? Em caso afirmativo, o afastamento deverá ser concedido com ou sem vencimento e demais vantagens do cargo?

Quesito nº 8

A administração estadual, para o fim de ampliar sua rede de ginásios, necessita criar uma série de cargos técnicos e de magistério, para exercício privativo na Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Pergunta-se:

- o que terá de fazer para conseguir que tais cargos sejam criados?
- como terá de proceder para fazer o preenchimento de tais cargos?
- quais as exigências que os candidatos a tais cargos terão de satisfazer até o momento de suas investiduras?
- que autoridade é competente para examinar e ultimar a investidura desses servidores?
- quais as cautelas que deverão ser adotadas pela autoridade competente para a formalização dessas investiduras?

Quesito nº 9

A contratação de pessoal está prevista nos arts. 27 a 32 da Lei nº 14/60, cujos preceitos, também, se aplicam ao pessoal destinado a funções subalternas ou braçais, *ex vi* do art. 185 da Lei nº 263, de 24.12.62. É por meio de tal expediente que a Administração, sempre em caráter temporário, admite pessoal para o desempenho de certas atividades, para cuja execução não disponha o serviço de funcionário habilitado.

Frente aos pressupostos legais para o fim de contratação de pessoal, pergunta-se:

- o que se deve entender por atividade técnica ou especializada?
- pode ser contratado pessoal de categoria existente nos quadros de servidores, mas cujo número é insuficiente para as necessidades dos serviços?
- se a contratação de pessoal temporário é precedida de provas de habilitação, poderão, em futuro, os candidatos habilitados e admitidos reivindicar a situação de funcionário, sob o fundamento de que a prova de habilitação a que foram submetidos se revestiu de todas as características de concurso?

Quesito nº 10

No Estado da GB a gratificação de nível universitário foi instituída pelo art. 67 da Lei nº 14/60, tendo sido regulamentada pelo Dec. nº 1.471, de 01.07.63. A lei em causa fez referência aos funcionários ocupantes de cargo para cujo ingresso ou desempenho seja exigido o diploma de curso superior, o que vale dizer que mencionou o cargo para o qual, atualmente, haja a exigência de curso superior.

O regulamento, todavia, assim dispõe no parágrafo único do seu artigo 1º:

“Só será concedida a gratificação de que trata este decreto, quando o titular do cargo possuir diploma de curso superior ou certificado de curso universitário, no qual se admitam apenas os que tenham o 2º Ciclo do Ensino Médio”.

Na prática, vamos deparar com várias situações, que deverão ser respondidas:

- para o servidor obter gratificação de nível universitário é necessário que, expressamente, fique apurado que, na época de seu ingresso, havia exigência legal para a apresentação de diploma de curso superior e que esse diploma foi realmente exibido?
- poderá o servidor obter, agora, gratificação de nível universitário, atribuída ao cargo de que seja ocupante, não obstante fique apurado que, somente posteriormente ao seu ingresso, tenha sido regulamentado o curso superior por ele concluído?
- será possível atribuir-se gratificação de nível universitário a servidor que, não sendo portador de diploma de curso superior, seja, no entanto, ocupante de cargo ao qual é atribuída dita gratificação especial?
- poderá ser invocado o princípio da isonomia para permitir que o ocupante de cargo para cujo ingresso se exige, hoje, diploma de curso superior, possa obter gratificação de nível universitário, embora, não possuindo diploma, seja portador de certificado ou registro que o habilita ao exercício da profissão a que dito cargo corresponde?

Quesito nº 11

Subquesito 11-A

Os apartamentos 201 e 202 do edifício X foram declarados de utilidade pública pelo Decreto Y, juntamente com outros imóveis, para execução do Projeto de Urbanização Z. Havendo sido posteriormente modificado o Projeto, alguns imóveis - entre eles os dois apartamentos já não mais são necessários à execução da obra projetada.

O proprietário do 201, por isso que o processamento da desapropriação ainda não se iniciara judicialmente, nem se efetivara acordo amigável, requereu a liberação do mesmo. A seu turno, o proprietário do 202, que recebera a indenização, requereu

a devolução do imóvel mediante a restituição da importância recebida, acrescida de 12% de juros anuais.

Pergunta-se:

- com relação ao ap. 201:
 - poderá o Estado, valendo-se do Decreto Y, intentar a desapropriação judicial, desde logo imaginando dar ao imóvel outra destinação?
 - que providência V. sugeriria ao Executivo?
- com relação ao ap. 202:
 - o Estado já é titular do domínio desse imóvel, desde que depositou em juízo, à disposição do respectivo proprietário (que o levantou), a importância da indenização, cujo montante fixado de comum acordo, nos autos da ação de desapropriação.
 - o que poderá pretender o expropriado?
 - como aconselharia V. o Executivo?

Subquesito 11-B:

A existência de declaração de utilidade pública para desapropriação impede licenciamento de obra para o imóvel atingido?

Em caso afirmativo, que poderá fazer o proprietário?

Em caso negativo, deverá o valor da obra ser incluído na indenização, quando efetivada a desapropriação?

Quesito nº 12

O Estado declara de utilidade pública, objetivando a formação de reserva florestal, determinada área na encosta de um dos morros cariocas. A desapropriação efetivou-se de forma amigável, por escritura pública, passando a área em questão a integrar o patrimônio público.

A Guanabara quer dar ajuda ao Banco da Habitação, de resto prosseguindo no seu plano próprio de recuperação das favelas. Para tanto planeja alterar a destinação declarada para a área referida: passar a utilizá-lo na construção de casas proletárias.

Para fugir à proibição que lhe traz o artigo 44, § 5º, da Constituição estadual, e, ainda, tendo em vista que a execução do plano reclama facilidades que o rigor da legislação não oferece, imagina o Executivo transferir a propriedade da Área para a COHAB (sociedade de economia mista com o objetivo social de construir casas populares), via de incorporação em aumento de capital.

A COHAB, a seu turno, após receber a área, deverá urbanizá-la para revenda aos favelados.

Pergunta-se:

- a) poderá o Executivo alterar a destinação declarada no decreto expropriatório?

- b) a incorporação da área ao capital da COHAB para ulterior revenda não importaria em fraude à proibição constitucional, que impede a venda de bens públicos salvo mediante observância das formalidades prescritas (lei autorizativa e hasta pública)?
- c) o primitivo proprietário não poderá reclamar de volta o bem ao seu patrimônio? com que fundamento?

Subquesto 12-B

Conceitue o que seja uma *desapropriação indireta*, indicando o preceito de lei que a regula.

Subquesto 12-C

Ainda pertinentemente ao instituto da desapropriação, o que vem a ser *direito de extensão*?

Quesito nº 13

Nota – Para a exata compreensão, examine a planta anexa.

A Praça Alfa e as ruas que nela desembocam foram atingidas por projeto de remodelação urbanística.

O Banco Beta adquiriu os imóveis nºs 2 e 4 da rua Gama e os de nºs 3 e 5 da rua Sigma, que se limitam pelos fundos, de modo que lhe foi possível obter, para o conjunto dos quatro terrenos, um remembramento que o tornou proprietário de um único imóvel com duas frentes: para as ruas Gama e Sigma.

Com a futura execução do plano de urbanização, a área lembrada do Banco Beta passará a contar com mais uma frente: a Praça Alfa.

Como necessite instalar agência na zona, antecipa-se o Banco à execução do plano de urbanização, apresentando ao Estado um projeto de Construção com as seguintes características:

- a) grande loja ocupando a totalidade do pavimento térreo, com frente, pois, para as ruas Gama e Sigma, e, ainda, *para o futuro alinhamento da Praça Alfa*, NO MOMENTO AINDA OCUPADA pelos prédios 24, 26 e 28 dessa mesma praça;
- b) balanço da construção de 1,00m, a partir do 2º pavimento (a parte balanceada ficaria além da divisa do terreno do Banco e das três referidas casas 24, 26 e 28, que são *construções de um único pavimento*, térreas portanto). Por outras palavras: se o projeto de construção do edifício do Banco for aprovado (no que tange à parte superior do edifício), o balanceamento estará *dentro* do terreno das três casas que dão frente, atualmente, para a praça;

- c) como o projeto de construção observa o futuro alinhamento, fazendo com que a fachada do pavimento térreo coincida com a linha-limite Banco-casas 24, 26 e 28, não está figurado na planta de construção o afastamento de 1,50m exigido pelo Código Civil (art. 573).

O Banco quer iniciar imediatamente a construção, beneficiando-se com o alinhamento projetado pelo Estado. Insiste em obter a licença para o edifício, balanceado sobre o futuro alinhamento (hoje ainda ocupado por propriedade privada) e dotado de uma única loja, com três frentes.

Mas o Estado não dispõe de verba para executar o projeto de urbanização. Ainda mais: reputa-o não merecedor de tratamento de urgência.

O Banco insiste no que considera seu direito. O processo vem à Procuradoria e lhe é distribuído para parecer. Qual seria seu conselho?

Quesito nº 14

Nota – Para exata compreensão, examine planta anexa:

A Imobiliária Armendariz, proprietária de grande gleba na Zona Industrial, obtém aprovação de loteamento para a divisão da mesma em unidades de 5.000m².

O Estado, que nas aprovações de loteamento condiciona o deferimento, *ut preceito* do Código de Obras, à doação, em favor do interesse público (Estado), de porcentual da área global para a constituição de logradouros, reservas florestais, jardins, escolas, etc., indica para a espécie a finalidade escolhida: a área a ser doada destina-se ao prolongamento da rua X, atualmente findando nos limites da gleba a lotear. Destarte, executado o loteamento, como se vê da planta, os grandes lotes estarão separados por futuro logradouro público, com 12,00m de largura.

Aprovado o loteamento, lavra-se na Procuradoria o termo através do qual a Imobiliária Armendariz doa a faixa necessária ao prolongamento da rua X, afirmada no instrumento a destinação do bem (futuro logradouro público).

Numa terceira fase, posto que os lotes estivessem ainda sem construção, surge a Indústria Dilema, desejosa de instalar no local fábrica de grandes proporções, adquirindo todos eles. Obtém do Estado, mais tarde, o remembramento dos lotes. Com isso, ficou a Indústria Dilema, proprietária de duas grandes glebas, separadas por uma faixa de 300m de comprimento por 12m de largura, em poder do Estado. Tal separação, todavia, implica prejuízo para os planos da Dilema, que pretende levantar grande complexo industrial, impossível de localizar-se em áreas separadas.

Dirige-se a Indústria ao Estado, pleiteando solução que lhe permita adquirir a faixa anteriormente destinada ao prolongamento da rua X.

O Executivo, que sobre não ver interesse no prolongamento da referida rua, encara a pretensão da Indústria Dilema com o maior entusiasmo, pois que atende ao programa de Governo a ampliação do parque industrial da GB, deseja atendê-la. E assim recomenda à Procuradoria.

V. encontraria solução legal?

Quesito nº 15

Subquesito 15-A

Quando se dá a cobrança da *mais-valia*?

Subquesito 15-B

Conceitue, indicando as características principais, e distinguindo-as entre si:

- restrição de vizinhança;
- servidão administrativa;
- limitação administrativa ao direito de construir.

Subquesito 15-C

As limitações administrativas ao direito de construir podem gerar obrigações e direitos subjetivos entre os vizinhos?

Subquesito 15-D

Fulano requereu licença para construção de um prédio na rua A, e obteve o alvará em janeiro de 1959. Sem dar início à obra, pediu posteriormente várias prorrogações, também deferidas, de sorte a ver mantida sua licença válida.

Ainda sem dar início à obra, mas tempestivamente, no início de 1964, pleiteia nova revalidação. O Engenheiro-Chefe do Distrito de Edificações tem dúvida, em face da superveniência de decreto que passa a proibir, para as quadras com áreas coletivas de iluminação (precisamente o caso de Fulano), a construção em L. Tal circunstância em obrigar Fulano a alterar totalmente o projeto de sua construção, aprovado em 1959, e, até agora, com alvará em vigor.

Pergunta-se:

- estará o Engenheiro-Chefe obrigado a renovar a licença, que Fulano vem mantendo válida e em dia, mesmo em face da superveniência da nova regra? Terá Fulano direito adquirido a iniciar e levar a final a obra licenciada sete anos antes?

Quesito nº 16

Subquesito 16-A

O Estado de Minas Gerais pretende desapropriar a empresa produtora e fornecedora de energia elétrica no Município Y. Qual a formalidade preliminar que deverá atender?

Subquesito 16-B

A concessão titulada pela Rio-Light para o fornecimento de energia elétrica no território da GB decorre do contrato de 02 de junho de 1907, firmado entre a antiga Prefeitura do Distrito Federal e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Ltd., sucessora do contrato anterior firmado entre a mesma Prefeitura e Sir Alexander Mackenzie em 1905.

Por que razão o Estado, sucessor da Prefeitura do Distrito Federal, não mais comanda a concessão, passando a ser Poder Concedente a União Federal?

Subquesito 16-C

Distinga *concorrência pública de hasta pública*.

Subquesito 16-D

Entre as Sesmarias da GB encontra-se a chamada "Sesmaria Realenga" (Irajá e Campo Grande), formada pelos antigos terrenos realengos, doada à Cidade por D. João VI, por Carta Régia de 27 de junho de 1814.

Pergunta-se:

- qual a razão de não se encontrarem os enfiteutas dessa Sesmaria sujeitos à inversão do ônus da prova, para comprovar a alodialidade de seus imóveis, como os enfiteutas das demais sesmarias (Const. GB, art. 44, § 1º - "presumem-se sujeitos a foro")?

Quesito nº 17

Subquesito - 17-A

O imóvel 22 da rua ZZ tem no pavimento térreo uma loja ocupada por comércio de comestíveis, locada por contrato sujeito ao regime do Decreto nº 24.150. Juntamente com outros imóveis da quadra, o 22 é objeto de desapropriação, efetivada amigavelmente entre o Estado e seu proprietário. Passa o locatário, pois, a ter o Estado como seu senhorio.

O Poder Público, todavia, não cuida de executar o plano de urbanização por falta de verba, e, ao que parece, desapareceu o interesse em executá-lo. Tudo indica que o plano será posto de lado.

Já se passaram quatro dos cinco anos do contrato de locação. Que poderá fazer o comerciante?

Subquesito - 17-B

V. tem o carnê de uma *cadeira perpétua* no Estádio do Maracanã, passível de ser alienada a terceiro ou transmitida *causa mortis*.

Esclareça:

- a) a natureza do seu direito;
- b) será o Estádio do Maracanã um condomínio? Caso não entenda assim, que bem será ele?
- c) o art. 44, § 5º, da Constituição da GB não impediria a existência de cadeiras perpétuas?

Quesito nº 18

O Estado desempenha os serviços públicos e, por vezes, serviços de utilidade pública de modo direto, pelos próprios órgãos, ou indireto, através de órgãos autônomos. Estes últimos podem ser agrupados em 4 categorias: autarquia, órgão paraestatal, sociedade de economia mista e empresa pública. Dê as características de cada um deles, exemplificando.

Quesito nº 19

Subquesito 19-A

Qual a competência registrária do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara quanto aos atos de natureza contratual, inclusive para atos de que resultem acréscimo ou diminuição do patrimônio público?

Subquesito 19-B

O art. 44, § 5º, da Constituição da GB determina que a alienação do patrimônio imobiliário do Estado somente se faça mediante as condições e formalidades prescritas. Há, todavia, dois casos em que o Estado transfere o bem público imóvel independentemente das referidas exigências. Quais são eles – e por quê?

Subquesito 19-C

Pode o Executivo da GB arrendar os próprios estaduais? A Assembleia Legislativa ainda não estabeleceu as condições (art. 6º da Const.). Se entender afirmativamente, em que se baseará?

Quesito nº 20

O certificado de aprovação de filme expedido pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública é válido em todo o território nacional, ficando o filme isento de qualquer outra censura? Os poderes constitucionais explícitos e implícitos reservam à União Federal a competência privativa da censura cinematográfica? Por outras palavras, poderá o Estado da Guanabara, através de sua Secretária de Segurança Pública, proceder a uma nova censura, de modo a impedir a projeção do filme no território estadual?

Quesito nº 21

Responda sucintamente as seguintes perguntas:

- em que consiste a chamada executoriedade do ato de polícia?
- qual a diferença entre ato discricionário e ato de império, e entre ato de gestão e ato vinculado?

Quesito nº 22

Responda sucintamente as seguintes perguntas:

- a) qual o procedimento administrativo para a reintegração de posse de imóvel de propriedade do Estado?
- b) que medidas executivas precedem à desapropriação de um imóvel?
- c) quais os atos administrativos que formalizam a entrega, para uso, do bem patrimonial?
- d) em que hipótese (ou hipóteses) o Estado se torna condômino?
- e) que medidas são adotadas para reconhecimento da alodialidade de um imóvel presumidamente foreiro?
- f) qual o procedimento do Estado relativamente à cobrança de foro, no caso da construção de um edifício em lote de terreno compreendido em área foreira?
- g) que atos tornam legítima a venda de um imóvel foreiro, por parte do senhorio do domínio direto?
- h) os aforamentos de bens públicos são resgatáveis pela forma prevista no art. 693 do Código Civil? Por quê? O resgate incide sobre os aforamentos perpétuos do Direito anterior? Por quê?

Quesito nº 23

O Estado resolve que os serviços públicos de coleta e industrialização de lixo serão melhor prestados, pela forma indireta, através de particular. Como Procurador, V. é chamado a opinar. Especifique a forma jurídica pela qual tais serviços poderão ser exercidos; qual o tipo de ato para a sua concretização e quais as condições e cautelas a serem adotadas no interesse do Estado.

Caso haja necessidade de ato formal, redija-o, nele incluindo, em termos sucintos, as formalidades essenciais e as cláusulas principais (dispensando-se, apenas, as que dizem respeito aos problemas de ordem técnico-administrativa, diretamente relacionados com a coleta e industrialização do lixo). Sabe-se, inclusive, que, em virtude de autorização legislativa, o Estado permitirá que o particular, para exploração dos referidos serviços, terá permissão para usar bens dominicais de propriedade dele, Estado.

Quesito nº 24

O Estado da Guanabara pretende realizar um certame e quer entregar a respectiva organização e execução a uma firma especializada.

Pergunta-se:

- a autorização respectiva dependeria de concorrência?
- de que tipo, por que, e com base em que dispositivo legal?
- poderia ser dispensada a concorrência, por que, e com base em que dispositivo legal?

- seria indispensável o contrato, por que, em caso afirmativo, de que modalidade ele seria, e por quê?
- quais os cuidados e providências de ordem legal que deveriam ser adotadas?

Quesito nº 25

O domínio útil de determinado imóvel, de propriedade do Estado, foi cedido, em aforamento, a particular, anteriormente à vigência do Código Civil. Sucede que o particular, a seu turno, cedeu aquele domínio a terceiros.

Pergunta-se:

- como se denomina essa última cessão de domínio do particular a terceiros?
- ela é feita, obrigatoriamente, com o consentimento do senhorio direto?
- a quem, e em que circunstâncias, e por quem, é devido o pagamento do laudêmio?

Quesito nº 26

O Estado resolve contratar com firma particular a execução de determinadas obras.

Pergunta-se:

- quais os regimes ou modalidades pelas quais tais obras poderiam ser realizadas;
- quais os procedimentos legais cabíveis, antes, durante e após a execução das mencionadas obras, e qual a legislação em que eles se apoiariam;
- se durante a realização das obras houver necessidade, por exigência da fiscalização do próprio Estado, de serviços não previstos nas cláusulas do contrato inicial, que, inclusive, importariam em novas despesas, também não previstas no contrato, qual deveria ser o procedimento: nova concorrência, nova adjudicação direta (se fosse este o regime escolhido), novo contrato ou termo; de que tipo, por quê?

Quesito nº 27

Formular, em termos sucintos, três casos concretos em que fique configurada a responsabilidade do Estado, de acordo, respectivamente, com a teoria *subjetiva*, da culpa *presumida* e da *representação*.

Esclareça, também, qual a teoria, sobre responsabilidade do Estado, adotada pelo Direito Brasileiro, e indique qual ou quais as fontes do direito positivo pertinentes.

Quesito nº 28

1. No decorrer de determinado exercício, é julgado oportuno instituir-se uma nova Secretaria de Estado, na Guanabara, e, em consequência, a criação da respectiva estrutura, bem como, de novos cargos.
2. Na mesma ocasião, verifica-se que a dotação orçamentária referente ao pagamento normal do pessoal do Estado é julgada insuficiente para ocorrer as despesas com os respectivos vencimentos até ao fim do ano.
3. Ainda em igual período surge acontecimento imprevisto, com características de calamidade pública, exigindo medidas do Governo que envolvem gastos forçados.

Pergunta-se:

- quais, em cada caso, as providências legais, financeiras e administrativas cabíveis e por iniciativa de quem devem ser adotadas?
- quais os tipos de créditos a serem abertos, por que, e dependendo de que medidas, em cada caso?
- se, em cada caso, houvesse necessidade de compensação, como se processa e por quê?
- na hipótese no item 2 do quesito, poderia ser autorizado o pagamento do pessoal, mesmo com a verba insuficiente e antes de ser aberto o competente crédito? Em que condições e por quê?

Quesito nº 29

O Estado resolve permitir o uso oneroso, por particular, de um imóvel pertencente ao seu patrimônio, com a condição de que, em contrapartida, sejam prestados determinados serviços, de interesse público. Não há lei ordinária, normativa, sobre o assunto.

Pergunta-se:

- é lícita tal entrega?
- qual a forma pela qual ela poderia ser autorizada e o respectivo fundamento jurídico?

- caso fosse lícita, quais as condições e formalidades indispensáveis a sua concretização, e execução, e o que de essencial deveria conter o ato respectivo?

Quesito nº 30

As eleições realizam-se no início de outubro próximo vindouro.

O Diário Oficial de 06 de julho vem publicar a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, que adita ao texto constitucional alguns artigos. Entre eles, o de nº 22, que prescreve:

“São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito, para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os 90 dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término respectivamente do mandato do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal importem:

.....
.....
contratar obras ou adquirir equipamento e máquinas, salvo mediante concorrência pública;

distribuir ou ampliar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;

autorizar empréstimos por bancos oficiais ou por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o controle do capital, a Estado ou Município, salvo em caso de calamidade pública ou quando o contrato obedecer a normas uniformes”.

A SURSAN, que há quatro anos executa as obras da Adutora do Guandu, quer diretamente, quer sobretudo através da colaboração de dezenas de firmas empreiteiras, com as quais contratou obras e serviços, seja através de concorrência pública, seja com dispensa dela (devidamente autorizada pelo órgão competente – Conselho de Administração) em face da existência de motivos relevantes, foi surpreendida com a vedação constitucional que, à primeira vista, e em última análise, IMPÕE A PARALISAÇÃO DA OBRA.

Isto porque ela depende de vultoso empréstimo a ser concedido pelo Banco do Estado, mas sobretudo porque uma concorrência pública ordinária exigiria, no mínimo, o decurso de 60 dias, pela necessidade de publicação de editais (além dos prazos, o diário Oficial está bastante atrasado na publicação do expediente oficial).

A SURSAN sofre a fiscalização de uma Junta de Controle, apêndice do Tribunal de Contas, com a incumbência de examinar a legalidade dos atos que importem em despesas e compromissos.

Como Procurador, chamado a dizer pela Presidência da SURSAN, como se pronunciaria? Vê alguma solução para o impasse? O empréstimo, que foge às normas uniformes, poderia ser concedido? As obras poderiam ser contratadas?

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Quesito nº 1

O artigo 64 do Código de Processo Civil, que exigia o requisito, subjetivo para a condenação na verba honorária, com o advento da Lei nº 4.632, de 18.05.65, passou a vigorar com nova redação, *verbis*:

“A sentença final na causa condenará a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora, observado, no que for aplicável, o disposto no art. 55”

Examine as hipóteses de dois processos de mandado de segurança, dos quais, à data em que entrou em vigor a Lei nº 4.632, um estava *ainda em curso na primeira instância*, e o outro, *já com sentença, pendia de decisão em grau de recurso*. E responda, fundamentadamente, quanto a cada um deles: denegada a segurança, é aplicável, em favor do Estado, a nova regra?

Quesito nº 2

Pode o assistente do Réu:

- reconvir ao autor?

- recorrer, *mesmo que o Réu não o faça*, da sentença que julga procedente a demanda?

Justifique as respostas.

Quesito nº 3

Prestes a esgotar-se o prazo prescricional, o Estado da Guanabara ajuizou ação contra F. Procurando-o em seu domicílio, o oficial de justiça incumbido da citação teve ciência de que F., atacado de alienação mental, fora recolhido a um hospício, em estado grave, embora *não pronunciada a sua interdição*.

- Como se há de proceder, diante de tal situação?

Justifique a resposta.

Quesito nº 4

Oposta, em certo processo, exceção de coisa julgada, o Juiz não a acolheu e, afinal, julgou procedente a demanda, não tendo sido interposto recurso algum. O vencido, entretanto, impugna a execução, arguindo a nulidade da decisão e invocando em seu favor o art. 798, I, b, do Código de Processo Civil, que reza:

“Art. 798. Será nula a sentença:

I – quando proferida:

- a) ;
- b) com ofensa a coisa julgada;
- c) ;

II -

É cabível a impugnação?

Justifique a resposta.

Quesito nº 5

-I-

De sentença condenatória proferida hoje contra o Estado da Guanabara, em causa de valor de Cr\$ 80.000 (oitenta mil cruzeiros), deve o Juiz recorrer de ofício? E o Estado, de que recurso voluntário poderá valer-se?

Justifique sua resposta.

-II-

Responda, fundamentadamente: o Tribunal de Alçada é competente para conhecer em algum caso, de apelação interposta pelo Estado da Guanabara?

Quesito nº 6

Indique os vários aspectos pelos quais se caracterizam e se distinguem os institutos da fraude contra credores e da fraude à execução.

Quesito nº 7

No curso de certa ação de desapropriação, já contestada, a Administração revogou o P.A. de que decorria a necessidade do imóvel para a realização de obra pública. O Estado comunica o fato ao Juízo e pede o encerramento do processo.

O atendimento desse pedido está condicionado à concordância do expropriado, de acordo com o que dispõe o art. 181 do Código de Processo Civil? Por quê?

Quesito nº 8

Contra sentença proferida com violação de certo dispositivo do Código Civil e transitada em julgado, o vencido, F., propôs ação rescisória, com fundamento no art. 798, I, c, do Código de Processo Civil. O Tribunal, entretanto, não reconheceu, na decisão rescindenda, o erro alegado e julgou improcedente a rescisória.

Deste último acórdão interpõe F. recurso extraordinário, invocando o art. 101, III, a, da Constituição Federal, e acoimando a decisão do Tribunal de contrária:

I – à letra do referido dispositivo da lei civil;

II – à letra do próprio art. 798, I, c, do estatuto processual.

Em sua opinião, esse recurso extraordinário:

- não deve ser conhecido?

- deve ser conhecido mas, no mérito, desprovido?

- deve ser conhecido e provido?

Justifique a resposta.

Quesito nº 9

Mediante lei auto-executória, sancionada pelo Presidente da República, o Congresso Nacional decretou medida que o Governo Estadual reputa inconstitucional e lesiva a direitos patrimoniais da Guanabara. Por determinação do Governo, a Procuradoria-Geral está estudando a providência judicial que se há de tomar em nome do Estado.

V. foi incumbido de analisar a viabilidade:

a) de um mandado de segurança;

b) de uma representação ao Procurador-Geral da República, para arguição da inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;

c) de uma ação popular.

Indique, em relação a cada uma dessas providências, as objeções suscetíveis quanto ao cabimento, e diga qual delas, no seu entender, se apresenta mais viável.

Quesito nº 10

Em ação declaratória proposta por Caio contra Tício, arguiu este, na contestação: preliminarmente, a ilegitimidade *ad causam* do Autor, no mérito, a inexistência da relação jurídica objeto da ação.

O Juiz, que no despacho saneador se abstivera de decidir a questão preliminar (por considerá-la “intimamente ligada ao mérito”), na sentença final julgou-a improcedente e, no mérito, também improcedente a ação, por não provada a existência da relação jurídica, cuja declaração se pleiteava.

No julgamento da apelação interposta por Caio, os três membros componentes da Câmara julgadora manifestaram-se, sem discrepância, em total desacordo com a sentença apelada, considerando existente e provada a relação jurídica objeto da ação, se bem que Caio fosse parte ilegítima para pedir a respectiva declaração. Ao proferir o seu voto, o Relator, considerando que a Câmara não se poderia pronunciar sobre a preliminar, porque Tício não havia apelado desta parte da sentença, dava provimento ao recurso para julgar procedente a ação. O Revisor, argumentando que a legitimação para agir é questão de mérito, negava provimento ao recurso, mantendo a conclusão da sentença apelada, mas por outro fundamento: o da ilegitimidade *ad causam* ativa. Ante o dissídio, o vogal pediu vista dos autos para melhor examinar a matéria.

Pergunta-se:

- como deverá votar o vogal e como há de justificar o seu voto?

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Quesito nº 1

O Executivo, ao pretender abrir concurso para prover cargos iniciais de determinada carreira, verificou que não havia lei estabelecendo, para o caso, limite de idade. Como a carreira em referência – pelas atribuições que lhe eram próprias – exigia que não excedesse a 25 anos de idade dos que nela ingressassem, decidiu a Administração incluir tal limitação nas instruções reguladoras do concurso, por entender que isso se inscreveria na esfera de sua discricionariedade. Examine esse ato em face da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Quesito nº 2

Determinado servidor federal foi transferido ao Estado da Guanabara em decorrência da mudança da Capital, ficando, conseqüentemente vinculado à União quanto ao pagamento de seus vencimentos, que continuaram a correr pelo Tesouro Federal, segundo estabelece a Lei San Tiago Dantas (nº 3.752, de 1960).

Tendo sido demitido de seu cargo pelo Governador, que lhe aplicou o Ato Institucional nº 1, apelou ele para o Supremo Tribunal Federal suscitando ali a existência de conflito entre a União e o Estado (art. 101, item I, letra e da Constituição Federal), pois alegava que em face da legislação pertinente ao seu cargo, somente poderia ser demitido pelo Presidente da República, e que, por isso mesmo, o ato do Governo fora praticado com usurpação de competência própria do Chefe do Executivo da União.

Pergunta-se:

- era o suscitante parte legítima para levar a questão à Corte na forma que o fez? Por quê?

Quesito nº 3

A Constituição Federal estabelece, no seu art. 18, § 3º, que a União poderá cometer a funcionários estaduais a execução de leis e serviços de sua competência, provendo as necessárias despesas.

Tendo a legislação do imposto de renda atribuído às administrações estaduais o encargo de processar, nas folhas de seu pessoal, o desconto, na fonte, do tributo, pergunta-se: deve a União, nos termos do referido preceito constitucional, remunerar os servidores estaduais incumbidos daquela tarefa?

Quesito nº 4

O Procurador-Geral da República submeteu ao exame do Supremo Tribunal Federal Representação que lhe foi dirigida pelo Governador do Estado de Pernambuco, objetivando a inconstitucionalidade da Lei estadual pernambucana nº 3.359, de 17 de janeiro de 1959.

Os fundamentos da arguição assim podem ser resumidos: o Projeto do qual resultou a lei impugnada havia sido vetado pelo Governador. Dois dias após o envio de Mensagem à Assembleia, com as razões de veto, o Governador, alegando se haver equivocado, remeteu outra Mensagem à Assembleia comunicando a sanção do referido Projeto, o que ocorreu no último dia do decêndio constitucional.

O mesmo Projeto foi, assim, totalmente vetado, de início; posteriormente foi sancionado, sem restrições.

O Procurador-Geral da República opinou pela improcedência da Representação, dada a inexistência, ao seu ver, de infração ao princípio da independência e harmonia dos poderes (art. 7º, VII, **b**, da CF), calcado no qual fora manifestada a arguição.

- a) é válida a retratação do veto, se ocorrida no decêndio constitucional?
- b) a Assembleia Legislativa, através de entendimentos com o Executivo, poderia deixar de apreciar e deliberar o veto, regularmente oposto e, no prazo constitucional, submetido ao seu exame?
- c) teria ocorrido, na hipótese, violação de qualquer dos princípios capitulados no art. 7º, item VII, da Constituição Federal? Ou estaria certo o Procurador-Geral da República, ao opinar pela improcedência da Representação?

Quesito nº 5

Com apoio em dispositivo expresso da Constituição da Guanabara (art. 38), o Poder Judiciário enviou Mensagem à Assembleia Legislativa, acompanhada de anteprojeto de lei disponente sobre a oficialização da Justiça.

Quanto ao regime de custas – e como critério geral a ser observado por todas as serventias – estabeleceu o anteprojeto os seguintes critérios:

- a) a Tabela de Custas correspondente a cada Cartório ou Ofício compreende duas Seções: a Seção I e a Seção II;
- b) as custas correspondentes aos atos compreendidos na Seção I constituem renda privativa e exclusiva do Estado;
- c) 60% de rendimento das custas referentes a atos compreendidos na Seção II destinar-se-ão, em cada serventia, ao pagamento da remuneração do respectivo titular, caso não opte pelo regime da oficialização.

Alguns titulares de serventias da Justiça, inconformados com os novos critérios consagrados no anteprojeto, alegam atentado a direitos adquiridos e ofensa às Constituições Federal e Estadual.

Pergunta-se:

- a) é constitucional a lei que converte em renda privativa do Estado determinadas custas, até agora cobradas, em proveito próprio, pelos titulares de Ofícios da Justiça?
- b) a oficialização da Justiça – que implica em transformar em receita pública as rendas dos Cartórios e Ofícios – fere o princípio da vitaliciedade dos Titulares daquelas serventias?
- c) é lícito ao Estado promover, através da lei, o desdobramento de Cartórios e Ofícios da Justiça?

Quesito nº 6

A Assembleia Legislativa da Guanabara, através da Resolução nº 59, de 1964, constitui Comissão Parlamentar de Inquérito objetivando

“apurar o montante das obrigações financeiras assumidas pelo Estado, inclusive com agências internacionais de crédito, a partir de dezembro de 1960, bem como a situação dos pagamentos devidos pela administração estadual a fornecedores, empreiteiros e servidores, e, ainda, com as despesas decorrentes de publicidade”.

Estabeleceu-se que a Comissão deveria concluir seus trabalhos em 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação do ato que a instituiu, publicação essa ocorrida no Diário da Assembleia de 15 de setembro de 1964.

Deputados integrantes da Comissão, entendendo-a inconstitucional e ilegal, impetraram mandado de segurança, objetivando a paralisação de seus trabalhos.

Obtiveram a medida liminar.

Expirou-se o prazo marcado na Resolução nº 59/64 e findou-se a sessão legislativa de 1964, sem que a Comissão chegasse ao término de suas atividades.

Nova Comissão Parlamentar de Inquérito, com idênticos objetivos, foi instaurada na sessão legislativa de 1965. Novo mandado de segurança foi requerido pelos mesmos Deputados, com objetivos idênticos aos pretendidos em 1964. Novamente concedida medida liminar.

Queira responder:

- a) tendo em vista o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 1964, quais os fundamentos de ordem constitucional e legal de que se poderiam valer os impetrantes para os fins pretendidos no mandado de segurança, inclusive obtenção de medida liminar?
- b) que novos argumentos de ordem constitucional e legal poderiam ser argüidos pelos impetrantes, ao objetivarem o trancamento dos trabalhos da Comissão – o que foi conseguido – na sessão legislativa de 1965?
- c) seria obrigatório o comparecimento do Governador do Estado, se convocado a prestar depoimento, perante a Comissão?

Quesito nº 7

O Governador do Estado da Guanabara encaminhou à Assembléia Mensagem, acompanhada de anteprojeto de Lei dispoendo sobre a organização dos quadros de pessoal do Estado.

Objetivando celeridade na tramitação do projeto, o Executivo invocou, expressamente, na Mensagem, o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Ato Institucional de 09 de abril de 1964.

Decorrido o prazo de 30 dias e não tendo sido aprovado o Projeto, o Governador do Estado o sancionou, valendo-se dos poderes contidos no citado parágrafo único do artigo 4º daquele Ato.

Sancionado, o Projeto converteu-se na Lei nº 578, de 14 de agosto de 1964, cujo artigo 4º assim dispôs:

- “Ficam revogadas a Lei nº 423, de 27 de novembro de 1963, a Lei nº 331, de 15 de maio de 1963, e a Lei nº 15, de 11 de agosto de 1961, e restabelecida a redação primitiva do item X do art. 77 da Lei nº 880, de 17 de novembro de 1956”.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, inconformada com a sanção do projeto, dirigiu Representação ao Procurador-Geral da República, sob a alegação principal de que, com aquela sanção, fora violado o disposto no artigo 11 da Constituição da Guanabara, cujo teor consagra o método tradicional de discussão e votação de cada projeto, o que, na hipótese, não ocorreria. Sancionando projeto que não tramitara regularmente – o entendimento é do Legislador – o Executivo incorrera em usurpação de atribuições próprias de outro Poder, transgredindo, assim, o princípio da independência e harmonia dos Poderes.

A Representação, interposta com base no artigo 7º, item VII, inciso b, da Constituição Federal, foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, que proclamou a inconstitucionalidade da Lei nº 578, do Estado da Guanabara. Comunicado o julgamento ao Senado Federal, por este foi baixada Resolução suspendendo, por inconstitucional, a execução da citada Lei nº 578. Dessa Resolução tomou ciência o Governador do Estado da Guanabara, através de ofício que lhe foi dirigido pelo Presidente do Senado Federal. Por sua vez, a comunicação do Senado foi encaminhada à Assembleia Legislativa, competente, na forma da Constituição da Guanabara (art. 5º, VI), para suspender, no Estado, a execução de leis inconstitucionais.

Queira responder:

- a) quais os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 578, sabendo-se que a principal arguição da Assembléia Legislativa, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, residia na irregular e incompleta tramitação do respectivo projeto?
- b) as Leis nºs 423, 331 e 15, revogadas expressamente pelo art. 4º da Lei nº 578, readquiriram vigência, com a declaração de inconstitucionalidade da Lei revogada?
- c) finalmente, a partir de que momento a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 578 produz efeitos:
 - 1) a partir da publicação do Acórdão do Supremo Tribunal, proferido na Representação?
 - 2) a partir da publicação da Resolução do Senado Federal, suspendendo a execução da Lei?
 - 3) ou a partir da publicação da Resolução da Assembleia Legislativa da Guanabara?

PROVA ESCRITA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Quesito nº 1

A União ocupou ilegalmente terreno urbano. Fica o proprietário do terreno exonerado do pagamento do imposto territorial durante o tempo que durar a ocupação?

Quesito nº 2

Uma pessoa promete vender a outra um terreno, recebendo, no ato da promessa, a totalidade do preço do terreno. No mesmo ato se obriga a construir um prédio no citado terreno, cujo preço será pago em prestações à medida que a construção se faz.

No contrato consta a cláusula de rescisão da promessa de venda do terreno e perda deste e da construção, caso as prestações desta não sejam pagas.

Caso todos os pagamentos sejam feitos até final, deve o valor da construção deixar de ser incluído na base do cálculo do imposto de transmissão *inter vivos*?

Quesito nº 3

Um casal adquire um imóvel e, na respectiva escritura de compra-e-venda, fez doação do mesmo imóvel a seus filhos, pagando o imposto de transmissão *inter vivos*, e reservando, para si, o usufruto. Falecido o casal, os filhos requerem em juízo a conseqüente extinção do usufruto.

Há imposto a pagar por essa extinção?

Quesito nº 4

O inventariado faleceu no estado de casado, sob comunhão de bens. O cônjuge sobrevivente declara a existência de bens e um único herdeiro, filho do casal. Este, pronunciando-se sobre as primeiras declarações, comprova a ausência de ascendentes vivos do *de cuius*, e, manifestando o desejo de que sua mãe venha a ser favorecida, renuncia a herança.

Há ou não imposto a pagar por esse ato?

Quesito nº 5

O Estado da Guanabara cobra de determinada empresa, que exerce o comércio de gasolina e combustíveis líquidos, o imposto de indústrias e profissões.

Defendendo-se dessa tributação, alega a empresa ser ilegal e inconstitucional o lançamento feito para que pague o imposto de indústrias e profissões, porquanto, além do imposto único sobre combustíveis, que já paga, é vedada qualquer outra tributação, quer seja federal, estadual ou municipal, conforme dispõe a Constituição da República e legislação reguladora da mesma.

-É cabível a alegação da empresa no tocante à ilegalidade e inconstitucionalidade do lançamento e cobrança do imposto de indústrias e profissões?

-O imposto único sobre combustível absorve e exclui a incidência do imposto de indústria e profissões?

Quesito nº 6

Na exportação de mercadoria produzida em outro Estado da Federação, uma firma exportadora se nega a pagar ao Estado da Guanabara, local da operação de venda da mercadoria para o exterior, o imposto sobre vendas e consignações, sob a alegação

de que a saída da mercadoria para o exterior somente sujeita o exportador ao pagamento do imposto de exportação estabelecido no item V do art. 19 da Constituição Federal.

- É compatível ou não a cobrança do imposto de exportação com o de vendas e consignações?

- O Estado onde se opera o negócio de venda para o exterior pode cobrar o imposto sobre vendas e consignações, apesar de devido ao Estado onde se produziu a mercadoria, o imposto de exportação?

PROVA ESCRITA DE DIREITO PRIVADO

Quesito nº 1

João faleceu no estado de solteiro. Habilitaram-se à herança três irmãos do *de cujus*. Os três prédios de que se compunha o acervo hereditário foram partilhados entre os herdeiros, cabendo um prédio a cada um. A partilha foi homologada por sentença de 1940 e os formais transcritos no Registro de Imóveis. Um dos herdeiros, Joaquim, deu o imóvel em pagamento a Manoel em 1940, que, por sua vez o vendeu, em leilão, a Alfredo.

Todavia, em 1942, Suplício move ação de investigação de paternidade, sendo reconhecido como filho natural de João, o *de cujus*.

O herdeiro Joaquim, provando ser indevido o pagamento feito a Manoel, move ação de reivindicação contra Alfredo.

O filho natural move ação contra os irmãos do *de cujus* e contra Alfredo para reivindicar os bens que lhes foram partilhados indevidamente.

As duas ações, propostas em 1944, são reunidas para um só julgamento.

Dar solução fundamentada às controvérsias, examinando os possíveis argumentos dos diversos interessados.

Quesito nº 2

À Procuradoria de Sucessões foi aberta vista do testamento de X, domiciliado no Estado da Guanabara, falecido sem herdeiros legítimos, desquitado, em virtude de ação que moveu contra sua mulher com fundamento no art. 317, II, do Código Civil. Pelo testamento, elaborado na constância da sociedade conjugal, sua mulher fora instituída herdeira universal dos bens que possuía. Na oportunidade da sucessão já se realizara inventário e partilha consequentes ao desquite.

- Que cabe ao Estado requerer?

- Que medidas complementares devem ser adotadas?

Quesito nº 3

Caio pediu ao seu amigo Tício que levasse o seu automóvel a um mecânico para verificar o funcionamento dos freios.

Paulo emprestou o seu carro ao seu filho maior Pedro, que com ele trabalha numa empresa de publicidade.

Num cruzamento, o carro de Caio, dirigido por Tício em excesso de velocidade, colidiu com o automóvel de Paulo, dirigido por Pedro, que entrou numa rua em contramão.

Em virtude do choque, o carro de Paulo danificou um jipe do Estado.

Minutar a inicial da ação do Estado, fundamentando-a de acordo com a lei, a jurisprudência e a doutrina.

Quesito nº 4

Em execução por quantia certa, contra o Estado da Guanabara, sem que tenha ocorrido condenação em juros de mora, o exequente, depois de paga a importância devida, constante do precatório, requereu fossem os autos ao contador para cálculo de juros de mora desde a data de sua expedição até o efetivo pagamento, em 10 de agosto de 64, alegando:

- a) que o Decreto nº 22.785/33 foi revogado pela Lei nº 4.414, de setembro de 1964;
- b) que tais juros são devidos, independentemente de condenação, porque relativos a mora posterior à decisão exequenda.

Redigir, na qualidade de Procurador, a impugnação do Estado a essa conta.

Quesito nº 5

Em face da legislação vigente, qual a posição dos filhos naturais reconhecidos na constância do casamento, dos adotados e dos legitimados adotivos concorrendo com filhos legítimos supervenientes?